

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

JULIA DA JORNADA DALENOGARE

**PROMOVENDO A INCLUSÃO ESCOLAR: A INTERLOCUÇÃO DA SALA DE
INTEGRAÇÃO E RECURSOS COM A EQUIPE DIRETIVA DA ESCOLA**

PORTO ALEGRE
2009

JULIA DA JORNADA DALENOGARE

**PROMOVENDO A INCLUSÃO ESCOLAR: A INTERLOCUÇÃO DA SALA DE
INTEGRAÇÃO E RECURSOS COM A EQUIPE DIRETIVA DA ESCOLA**

Monografia de conclusão de curso apresentada como requisito final para obtenção do título de Especialista em Educação Especial e Processos Inclusivos pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a Dr^a Mauren Lúcia Tezzari

PORTO ALEGRE
2009

*Toda realidade está submetida
à nossa possibilidade
de intervenção nela.*

Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos(as) que apostaram na minha capacidade de superar obstáculos e que ajudaram-me com seu apoio e carinho a avançar na construção de mim mesma.

RESUMO

O presente trabalho propõe-se a estudar a interlocução da Sala de Integração e Recursos (SIR) com a equipe diretiva da escola sobre a temática da inclusão escolar. Revela um pertencimento teórico no campo da educação como direito de todos e a importância da renovação da prática pedagógica, alicerçada na compreensão dos seus limites e possibilidades para que as mudanças necessárias ocorram, ou seja, para que todos os sujeitos estejam na escola aprendendo. Apresenta o trabalho coletivo como processo educativo na medida em que professores e gestores se reconhecem como produtores de conhecimento vivendo a experiência do diálogo e do olhar crítico sobre a própria prática. Expõe a política educacional da Escola Cidadã em Porto Alegre e apresenta a Sala de Integração e Recursos enfocando seu surgimento e o atual Atendimento Educacional Especializado oferecido. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo na qual foram analisados dados coletados em entrevistas semi-estruturadas realizadas com as professoras da Sala de Integração e Recursos e com a equipe diretiva de uma escola da rede municipal de ensino do município de Porto Alegre. Procura verificar como o trabalho de apoio à inclusão realizado pela SIR repercute no planejamento do ensino e da aprendizagem, dentro de uma perspectiva de trabalho colaborativo e de reflexão participativa. A análise dos dados coletados mostra que um serviço de apoio pode articular com a equipe diretiva a necessária discussão que a inclusão envolve. Também aponta a necessidade da constituição de espaços coletivos de formação e discussão na escola que fortaleçam a experiência compartilhada e criem alternativas para os desafios cotidianos enfrentados na instituição escolar.

Palavras-chave: 1. Inclusão Escolar. 2. Diálogo. 3. Cooperação. 4. Apoio. 5. Articulação. 6. Discussão. 7. Sala de Recursos 8. Atendimento Educacional Especializado.

DALENOGARE, Julia da Jornada. **Promovendo a inclusão escolar: a interlocução da Sala de Integração e Recursos com a equipe diretiva da escola** - Porto Alegre, 2009, 33 f. + Apêndices. Monografia (Especialização em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2009.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 METODOLOGIA.....	11
3 A COOPERAÇÃO PROMOVENDO A INCLUSÃO.....	14
4 UMA ESCOLA QUE SE PROPÕE INCLUSIVA.....	18
4.1 A SALA DE INTEGRAÇÃO E RECURSOS.....	23
4.2 O ATUAL ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.....	26
5 O DIÁLOGO POSSÍVEL ENTRE A SALA DE INTEGRAÇÃO E RECURSOS E A EQUIPE DIRETIVA DA ESCOLA.....	28
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
7 REFERÊNCIAS.....	33
8 APÊNDICE.....	34
APÊNDICE A.....	34
APÊNDICE B.....	35

1 INTRODUÇÃO

A busca de novos espaços de aprendizagem, mais adequados às crianças que freqüentam as nossas escolas públicas e às exigências da atualidade, requer criatividade e compromisso com a educação. Muitas mudanças têm sido implementadas no ensino regular no que se refere ao tema Inclusão Escolar, não só no Brasil como mundialmente. Existe uma forte tendência, a partir de movimentos internacionais, de atendimento no ensino comum dos sujeitos com necessidades educativas especiais. Tratando-se de políticas públicas sobre a inclusão escolar destes(as) alunos(as), podemos observar que a Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre demonstra cuidado visível com o tema desde a última década do século passado, implantando, a partir de 1995 a Sala de Integração e Recursos, um serviço de apoio que tem como objetivo principal acompanhar os (as) alunos (as) com necessidades educativas especiais que frequentam o ensino comum.

Minha atuação profissional diz respeito a mais de duas décadas de trabalho dentro de escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio. Nestes espaços já desempenhei diversas funções, indo da unicodência em classes de educação infantil e de séries iniciais, passando pela Orientação Educacional, até a coordenação de um curso técnico em nível de pós-médio, entre outras. Observar o dia a dia da escola e estar intimamente implicada com minha prática profissional sempre fez parte do meu cotidiano. Sempre me inquietei com a falta de diálogo e com a dificuldade em partilhar experiências no nosso fazer diário. Vivemos momentos difíceis em nossas escolas, com grandes provocações, que possivelmente só conseguimos superar com exercício crítico, curioso e, principalmente, coletivo da nossa experiência. Este não é um exercício simples, uma vez que não temos nas nossas escolas o hábito de partilhar dificuldades para além da simples queixa, tampouco de multiplicar experiências exitosas que poderiam contribuir para o encontro de alternativas mais criativas para os nossos desafios. Desta forma, o interesse pelo tema do presente estudo diz respeito à minha convicção de que somente as trocas e parcerias firmadas no diálogo honesto, sincero, maduro e

profissional nos farão avançar na direção da construção de uma escola mais inclusiva e qualificada.

Sendo a inclusão escolar um tema completamente atual, que demanda, sem dúvida, articulação e colaboração entre os diversos atores que compõem o processo de ensino e de aprendizagem, enfatizo que se faz necessário pensar o trabalho escolar coletivamente, superando o isolamento que produz uma atuação limitada, que colabora para o aumento da frustração dos professores e para o insucesso daqueles sujeitos que exigem intervenção pedagógica qualificada e diferenciada frente às suas especificidades.

Assim, esta monografia buscou conhecer e analisar uma experiência de diálogo possível entre a Sala de Integração e Recursos (SIR) e a equipe diretiva da escola no favorecimento da inclusão escolar.

Pensar a inclusão escolar é pensar a educação oferecida nas nossas escolas, de uma forma ampla, no seu todo, para além das questões metodológicas ou de meros procedimentos didáticos. Impõe-se ressignificar o papel da escola, redimensionando suas concepções éticas e ideológicas. É preciso que se torne aberta, plural, e que contemple as necessidades do conjunto da sociedade, revendo suas dimensões classificatórias e elitistas (principalmente no que se refere à escola pública). Neste sentido, o estabelecimento de redes de interação pode contribuir muito, entendendo que o movimento dos sujeitos é contínuo e que há relações e conexões entre todos os fenômenos que identificamos.

Segundo Baptista (2006, p. 91),

A inclusão escolar tem como pontos fundamentais uma ampliação dos sujeitos inseridos em contextos comuns de ensino e a necessária transformação da escola e das alternativas educacionais para favorecer a educação de todos com garantia de qualidade.

A Sala de Integração e Recursos, serviço de apoio à inclusão escolar, também denominado Atendimento Educacional Especializado, pode colaborar sobremaneira nos processos inclusivos, seja planejando conjuntamente os tempos e espaços de atendimento aos (às) alunos (as), seja detectando necessidades de formação de professores (as) nas escolas, seja servindo de elo entre os vários profissionais envolvidos no processo de inclusão. A SIR está localizada dentro de escolas que aceitam sediá-las, estando desta forma inserida no contexto da instituição. Trabalha, sem dúvida, para apoiar a inserção e a permanência com

qualidade na escola, de sujeitos com necessidades educativas especiais. Unindo esforços com a equipe diretiva da escola seu trabalho pode ganhar uma dimensão mais ampla, favorecendo o processo de inclusão escolar como um todo.

De acordo com o Caderno Pedagógico nº 9 (1999, p. 38):

A equipe diretiva das escolas, geralmente, formada por direção, orientação educacional e supervisão escolar é responsável pela direção e coordenação do trabalho coletivo e tem como funções articular, propor, problematizar, mediar, operacionalizar e acompanhar o pensar-fazer político-pedagógico-administrativo da comunidade escolar a partir das deliberações e encaminhamentos do Conselho Escolar, constituindo-se, por isso, num fórum permanente de discussão. A equipe diretiva é responsável pela organização do cotidiano escolar, buscando superar, na prática, a dicotomia entre o administrativo e o pedagógico.

Assim, o diálogo entre a SIR e a equipe diretiva da escola é essencial para enfrentar com qualidade o grande desafio que os processos inclusivos representam para a escola como um todo nos dias de hoje. Nesta perspectiva, se faz necessário a criação de espaços coletivos de formação e discussão na escola, capazes de fortalecer a atitude investigativa sobre o trabalho realizado, partilhando observações, escutas e registros, onde a SIR pode ser chamada a colaborar com seus conhecimentos específicos da Educação Especial, com a equipe diretiva da escola, a principal responsável pela proposição de espaços inclusivos, promovendo conjuntamente processos educativos que contemplem todos os sujeitos.

O primeiro capítulo apresenta o trabalho coletivo como processo educativo, enfatizando a necessidade de professores (as) e gestores da escola se reconhecerem como sujeitos produtores de conhecimento, vivendo a experiência do diálogo e do olhar crítico sobre a própria prática. Enfatiza a necessidade de criação de espaços coletivos de reflexão, sistematização e estudos permanentes.

O segundo capítulo expõe a política educacional da Escola Cidadã em Porto Alegre, apresentando-a como uma alternativa viável de inovação escolar, que cria espaços e tempos diferenciados de organização, oferecendo a possibilidade de qualificação da prática educativa. Enfoca também o surgimento da SIR e o atual Atendimento Educacional Especializado desenvolvido na rede municipal de ensino de Porto Alegre.

No terceiro capítulo são apresentadas as análises dos dados coletados em entrevistas semi-estruturadas com professoras da SIR e a equipe diretiva de uma escola da rede municipal de ensino de Porto Alegre, mostrando como a interlocução possível se dá no cotidiano da escola.

Pensar a inclusão na escola a partir das diferenças é oferecer uma rede de apoio aos (as) professores(as), funcionários(as), famílias e aos (as) próprios (as) alunos (as), baseada na cooperação e no compartilhamento de experiências.

A SIR surge como um espaço de apoio necessário à inclusão escolar, inclusão esta que busca romper com a padronização do ensino, sendo um importante suporte para que todos(as) aprendam. As equipes diretivas das escolas, com o planejamento de sua ação podem favorecer a construção de uma comunidade escolar inclusiva. Nesse sentido, investigar como se dá a comunicação da SIR com a equipe diretiva da escola na promoção da inclusão, escolar merece consideração.

Assim, o presente estudo foi desenvolvido a partir de minha inquietação e curiosidade costumeira em relação à instituição escolar. Após a definição do problema, procurei pressupostos teóricos que sustentassem uma prática escolar baseada na cooperação e na troca, e que vislumbrassem a educação como direito de todos os sujeitos. Busquei autores que propõem a renovação da escola, o compartilhamento de saberes e que instigam a teorizar a partir da prática, a fim de tecer uma teia que desse apoio à análise dos dados coletados nas entrevistas. Assim, o projeto educacional Escola Cidadã desenvolvido em Porto Alegre inscreve-se também como possibilidade de busca teórica, uma vez que constrói uma prática alicerçada no entendimento de que todos podem estar na escola aprendendo. Portanto, trata-se de uma proposta de escola inclusiva.

2 METODOLOGIA

Este trabalho tem como objetivos: investigar se o trabalho de apoio à inclusão desenvolvido pela Sala de Integração e Recursos (SIR) auxilia a escola como um todo a responder à diversidade dos (as) alunos (as); verificar e analisar a parceria entre as professoras da Sala de Integração e Recursos (SIR) e a equipe diretiva da escola visando ao trabalho colaborativo e à reflexão compartilhada de experiências; identificar a contribuição da Sala de Integração e Recursos (SIR) no planejamento e avaliação do ensino e da aprendizagem buscando a redução do fracasso escolar.

Para atingir tais objetivos, a presente investigação foi realizada em uma escola da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, localizada no extremo-sul da cidade. Trata-se de uma escola sede de SIR, ou seja, é uma escola pólo que recebe alunos (as) de outras duas escolas da região para Atendimento Educacional Especializado, além de atender os (as) alunos (as) encaminhados (as) pela própria escola.

Esta escola foi escolhida para a realização da pesquisa por ser próxima do local onde trabalho, o que facilitaria o deslocamento. E, também, por ter no corpo da equipe diretiva pessoas já por mim conhecidas de outros espaços de trabalho, que se colocaram à disposição desde o primeiro contato para a efetivação da atividade.

Trata-se de uma escola de Ensino Fundamental, que funciona nos turnos da manhã, tarde e noite, atendendo um total de mais ou menos mil e duzentos alunos (as). Foi inaugurada há vinte e um anos e o embrião da SIR no município de Porto Alegre surgiu nesta escola há quinze anos.

Foram realizadas cinco entrevistas semi-estruturadas, perfazendo um total de mais ou menos cinco horas de gravação, o que possibilitou o acesso a uma riqueza de informações, pois conforme a entrevista ia acontecendo, novos dados iam surgindo. Foram entrevistadas as duas professoras que atendem na SIR, a orientadora educacional, a supervisora escolar e a vice-diretora da escola. Os contatos prévios foram feitos pessoalmente com a direção da escola e, posteriormente, foram agendadas as visitas por telefone. Ficou acertado com as

entrevistadas que o sigilo em relação à sua identidade, bem como à identidade da escola, seria mantido, a fim de colocá-las mais à vontade durante a entrevista.

As entrevistas foram realizadas na escola, nas respectivas salas de trabalho das entrevistadas. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, onde o contato direto da pesquisadora com o ambiente e a situação estudada possibilitaram uma maior compreensão do problema em questão, permitindo também que o trabalho fosse realizado em uma única escola.

Os tópicos da entrevista semi-estruturada giraram em torno do trabalho desenvolvido pela SIR na escola e sua contribuição para a discussão da temática da inclusão escolar. Buscou-se verificar também se este serviço de apoio é acompanhado pelos gestores da escola e se a necessária articulação entre ambos acontece.

A seguir, as questões que foram trabalhadas para o levantamento de informações.

1) O trabalho de apoio à inclusão que a SIR (SALA DE INTEGRAÇÃO E RECURSOS) desenvolve é claro para todos os membros da equipe diretiva da escola?

2) A SIR (SALA DE INTEGRAÇÃO E RECURSOS) é convidada a coordenar esforços com outras iniciativas da escola que possam se juntar às suas?

3) A SIR (SALA DE INTEGRAÇÃO E RECURSOS) é chamada a contribuir no planejamento do ensino e da aprendizagem de forma que as barreiras à aprendizagem sejam reduzidas?

4) O trabalho da SIR (SALA DE INTEGRAÇÃO E RECURSOS) é usado como apoio aos(as) professores(as) para que respondam à diversidade dos(as) alunos(as), dentro de uma perspectiva de trabalho colaborativo e de reflexão compartilhada?

Após a efetivação das entrevistas, foi realizada a audição de todos os dados coletados, destacando aspectos relevantes de cada questão, a análise destas informações foi verificada a partir da proposta de cada pergunta.

Assim, a presente monografia procura destacar a necessidade de inventarmos e reinventarmos práticas pedagógicas mais criativas e dinâmicas que possam favorecer nosso diálogo com a realidade e com os outros num movimento constante de revisão teórico-prática.

3 A COOPERAÇÃO PROMOVEDO A INCLUSÃO

A Educação Inclusiva, no contexto mundial atual, constitui-se em paradigma fundamentado nos direitos humanos, conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis e convida a escola e a sociedade a criar alternativas para superação da exclusão. Tudo isto implica profunda mudança estrutural e cultural da escola comum a fim de que esta receba todos (as) os(as) alunos(as).

Pensar a escola como espaço de inclusão requer intencionalidade político-pedagógica, com planejamento, execução e avaliação de todo processo educativo, tendo no diálogo a estratégia fundamental, balizadora das relações de todos os envolvidos no ensino e na aprendizagem. Isto significa que não são ações simples, improvisadas, que provocarão as mudanças necessárias para produzir o ensino inclusivo. Nesta perspectiva, se faz necessário repensar concepções e partir de um diagnóstico capaz de verificar as reais possibilidades e dificuldades (desde o planejamento da escola como um todo até uma intervenção específica para determinado aluno). Desenvolver práticas pedagógicas que reconheçam as diferenças e que se voltem ao trabalho na diversidade implica também profundas mudanças no trabalho em equipe, se fazendo necessário que os(as) educadores(as) apoiem-se mutuamente, articulando vários pontos de vista.

De acordo com Carvalho (2008, p. 91):

As escolas precisam mudar e, talvez, o maior desafio seja levá-las à consciência da necessidade urgente de mudança para o que, como nos ensinou Habermas - devemos estimular ações comunicativas entre os sujeitos que nela estão, permitindo-lhes compartilhar medos e expectativas, bem como apontar caminhos para as transformações.

Inclusão em educação envolve o reconhecimento e a valorização de todos (as) pelo que se é. Participar significa aprender junto com os outros e colaborar em experiências compartilhadas de aprendizagem; significa reconhecer que todos (as) têm algo a dizer sobre como o processo educativo está sendo experienciado. Isto diz respeito não só aos processos vivenciados pelos (as) alunos (as) nas escolas, como

também pelos (as) educadores (as), entendendo a escola como espaço onde todos(as) estamos constantemente aprendendo.

O cotidiano das nossas escolas tem apresentado grandes provocações para todos (as) os (as) envolvidos (as) no processo educativo, principalmente para a equipe gestora da escola (direção, orientação, supervisão escolar). Estas dificuldades podem e devem se tornar objeto de discussão com colegas, discutindo estratégias, compartilhando situações comparáveis, planejando formas de solução, avaliando o sucesso ou o fracasso de iniciativas tomadas, refletindo sobre os fatores desencadeadores destas dificuldades, lendo um texto, ouvindo uma palestra relacionada ao assunto em discussão.

Assim, a equipe diretiva da escola tem papel relevante neste processo, pois ela será responsável pela criação de ações que favoreçam a confiança, que convidem ao diálogo, permitindo que todos (as) sejam ouvidos. A equipe gestora da escola deve anunciar a linha organizadora da ação e deve estar alinhada com o eixo da ação.

Vallejo (1998, p. 261) refere-se ao paradigma da colaboração como:

(...) uma possibilidade de organização de uma escola eficiente, onde os problemas, as soluções, os recursos e os apoios são compartilhados, onde os conhecimentos de todos (as) são reconhecidos e valorizados, estimulando o aperfeiçoamento dos educadores e o surgimento de novas dinâmicas de trabalho, estabelecendo a cultura necessária para auxiliar os educadores a assumirem responsabilidade com a aprendizagem de todos (as) os alunos(as).

O processo de inclusão escolar pode ser visualizado, na atualidade, como uma possibilidade de renovação pedagógica e da instituição escolar como um todo, uma vez que remete a um trabalho de investigação cooperativa e interdisciplinar, além de provocar a reflexão coletiva e o questionamento a respeito das práticas individuais. Somos todos seres únicos e não nos repetimos, mas o modo como nossas escolas estão organizadas desconsideram as individualidades e nos remetem à padronização de comportamentos e de conteúdos a serem desenvolvidos. Para que avancemos na perspectiva de uma educação inclusiva é indispensável repensarmos nossos modos de organização de tempos e espaços e que nos perguntemos constantemente a respeito de nossas práticas educativas unificadas e simplificadas.

Segundo Baptista (2006, p. 91)

O debate sobre a inclusão tem como uma de suas vantagens o destaque de novas possibilidades para a intervenção educativa, em sentido amplo. O encontro com sujeitos considerados “anormais” deveria ser potencializador de uma análise que coloca em destaque as relações e a necessária implicação dos sujeitos e das instituições na produção contínua de novas “desvantagens” (e de possíveis experiências de aprendizagem). É justamente esse movimento de colocar-se em questão um dos pontos-chave para a análise contextualizada, inclui e redimensiona as nossas posições.

Portanto, novas aprendizagens são necessárias, apontando para uma formação contínua e permanente. Nesta perspectiva é necessário que nós, professores(as), nos coloquemos cotidianamente na categoria de aprendizes, aproveitando a riqueza e os desafios do processo vivido em nossas escolas para exercitar a criatividade e a reflexão. Muitos aspectos polêmicos decorrentes da inclusão de todos os sujeitos na escola precisam ser enfrentados, se pretendemos efetivamente democratizar este espaço. Faz-se necessário também construir um currículo que respeite as diferenças, problematizando-as e explicitando-as. Desenvolver competências e aprender a ensinar em um contexto de diversidade de pessoas e recursos tornou-se o grande desafio para os (as) professores (as). Partindo do pressuposto que a escola inclusiva caracteriza-se pela qualidade educativa, é evidente, que no seu fazer pedagógico assume tarefas adicionais e que deve privilegiar a escuta qualificada e a pesquisa permanente de quem se sabe finito.

Desta forma, a transição de uma prática pedagógica tradicional para uma prática pedagógica que atenda a diversidade necessita de condições tais como: o envolvimento pessoal e criativo de todos (as) os (as) implicados (as) no processo educacional; a criação de espaços de colaboração e entusiasmo favorecidos especialmente pela equipe gestora; a criação de adequados canais de comunicação; o estabelecimento de um clima de confiança e apoio mútuo, e a busca constante de aperfeiçoamento da prática através da discussão e da revisão teórica.

Pensar a instituição escolar a partir do paradigma da colaboração pode favorecer o encontro de alternativas mais criativas frente aos problemas encontrados no dia a dia, pois dialogar com colegas, escutá-los (as) pode enriquecer nossa atuação profissional. De acordo com Vallejo (1998), faz-se necessário, portanto, superar a conspiração do silêncio baseada na crença de que não devemos ter dificuldades, que se as tivermos deveremos escondê-las e que admiti-las traria prejuízos à nossa competência profissional. Ao nos colocarmos na categoria de

aprendizes podemos ressignificar nossas práticas e encontrar no apoio mútuo uma possibilidade de ultrapassar nossos limites, reconhecendo no outro alguém com capacidade para ajudar e para colaborar na solução de problemas.

4 UMA ESCOLA QUE SE PROPÕE INCLUSIVA

A Sala de Integração e Recursos (SIR), na rede municipal de ensino de Porto Alegre, foi pensada e planejada no conjunto de ações que balizam e dão suporte a um projeto de escola que pretende sustentar a aprendizagem como direito de todas as pessoas. Refiro-me à construção do Projeto denominado “Escola Cidadã”, que teve início em 1989, quando a Administração Popular assumiu a prefeitura da cidade. Tratava-se de construir uma escola que pretendia oferecer educação de qualidade para todos, minimizando pontos de partida desiguais através de recursos e currículos ricos para aqueles que estavam em desvantagem de origem social, cultural, étnica etc. Minha trajetória pessoal e profissional confunde-se com este projeto, pois representou a possibilidade de construção de um sonho possível.

O Projeto Escola Cidadã, da Secretaria Municipal de Educação (SMED) de Porto Alegre, foi concebido como decorrência de um diagnóstico participativo que envolveu todos os segmentos das escolas da rede municipal de ensino de Porto Alegre. A partir do questionamento da “escola que temos e da escola que queremos”, evidenciou-se a necessidade de uma profunda reestruturação dos currículos. A construção e a implementação da Escola Cidadã, significou a articulação do projeto educacional com o projeto da Administração Popular para a cidade, constituindo-se como uma alternativa democrática e progressista, capaz de fazer contraponto à educação conservadora e tradicional.

De acordo com Azevedo (1995, pág.10),

O modelo de escola taylorista-fordista, verticalizada, autoritária, que trabalha o conhecimento de forma fragmentada, compartimentada, que produz uma visão parcializada da realidade, onde a historicidade e a provisoriedade do conhecimento não são percebidas, despotencializa e compromete as possibilidades de formação de indivíduos capacitados para responder às necessidades do nosso tempo.

Em uma perspectiva transformadora, propõe-se um modelo de escola alternativo, que estimule a investigação, a busca constante e a pesquisa sobre o que

é realizado, que usa o cotidiano como fonte de reflexão, procurando na teoria e na discussão coletiva respostas para os desafios encontrados, e que seja capaz de repensar princípios e práticas, tencionando a construção de propostas político-pedagógicas críticas, pluralistas e inovadoras, eficazes tanto na construção e reconstrução do conhecimento como na prática de novas relações de poder. Tais propostas pretendem contribuir para a formação de sujeitos autônomos, capazes de tomar decisões e de transformar a realidade na qual atuam. Desta forma, naquele período, era reafirmado o compromisso com as classes populares, pensando e construindo uma escola que prevê a participação popular na definição de políticas públicas, contribuindo para auto-organização da sociedade com base na humanização e na solidariedade.

O princípio da educação inclusiva merece destaque, pois através de processos como a Constituinte Escolar, o compromisso coletivo de buscar a superação dos mecanismos de exclusão da própria instituição escolar, visualizando a avaliação emancipatória como instrumento de intervenção pedagógica em oposição à avaliação classificatória e excludente, propõe uma mudança de paradigma. Assim, a educação inclusiva é pensada e concebida no conjunto desta escola que se pretende PARA TODOS (pública, laica e de qualidade).

Segundo Azevedo (1999) esta experiência pretende ser um contraponto à escola voltada para os interesses do mercado, que considera a desigualdade um valor positivo e natural, em que o mérito dos melhores estimula a competição e a concorrência, que produz um currículo homogêneo, que não contempla as necessidades dos desiguais, daqueles que estão socialmente em desvantagem.

Neste pensar diário, a Escola Cidadã busca suas referências em Jean Piaget, Lev Vygotsky, Henri Wallon e Paulo Freire, entendendo a aprendizagem enquanto processo possível a todos os estudantes, construído na relação com o outro, abordando o conhecimento de forma interdisciplinar, entendendo-o como provisório e culturalmente construído.

A seguir, descrevo ações que materializaram a construção deste novo projeto de escola que se propôs a garantir não só o acesso, bem como a permanência com sucesso de todos os (as) alunos (as) que nela ingressam. São ações que dizem respeito à democratização da escola, vista em três dimensões: a democratização da gestão, a democratização do acesso ao conhecimento e a democratização do acesso à escola.

A democratização da gestão

A garantia de eleição direta uninominal dos diretores e vice-diretores e a legitimação dos Conselhos Escolares, constituído por representantes de pais, estudantes, funcionários e professores, redefinem as relações de poder no interior da escola. Outro mecanismo importante de democratização da Escola é o processo de Planejamento e Orçamento Participativo nas escolas. Inspirado no Orçamento Participativo da cidade, limita-se a atender às demandas da rede educacional no seu âmbito interno, e tem por objetivo a democratização das decisões e informações no contexto da unidade de ensino, provendo as escolas de autonomia financeira no que se refere aos gastos com materiais e serviços. São oferecidos programas de formação permanente nas escolas para todos os segmentos, buscando instrumentalizar a todos para o exercício do poder no interior da instituição.

A democratização do acesso ao conhecimento

Na dimensão pedagógica, a organização da escola por Ciclos de Formação no ensino fundamental propõe a reorganização dos tempos e espaços escolares. A Educação Básica é estruturada em três Ciclos de Formação, tendo cada Ciclo duração de três anos, procurando, desta forma, contribuir para que sejam respeitados o ritmo, o tempo e as experiências de cada educando, a idéia é organizar um movimento pedagógico flexível voltado para o sucesso dos educandos, uma vez que há princípios e objetivos propostos para cada ciclo, de acordo com a faixa etária e a situação sócio-cultural de cada comunidade, representando uma alternativa ao regime seriado, uma proposta de organização mais flexível e menos fragmentada. As ações são planejadas e executadas coletivamente, com o objetivo fundamental de garantir o acesso ao conhecimento para todos. Esta escola não compactua com a exclusão, a evasão e a repetência, as quais são permanentemente questionadas.

De acordo com o Caderno Pedagógico nº 9 da SMED(1999), a seguir apresento um breve detalhamento de cada um dos três Ciclos de Formação em funcionamento na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre.

I Ciclo: dos 6 anos aos 8 anos e 11 meses

Neste período a criança age sobre o ambiente através de ações reais ou concretas, as operações permanecem ligadas a ação e as relações se estabelecem segundo seu significado emocional. É um período de adaptação à escola como um novo espaço social, há nesta fase uma grande dependência em relação ao adulto, tanto no plano afetivo como no plano da ação do trabalho. Na medida em que o trabalho avança a criança vai sendo capaz de substituir um objeto ou acontecimento por um signo (palavra, números) ou símbolos. É importante destacar que, mesmo antes de entrar na escola a criança já constrói hipóteses sobre a escrita, sendo este o ponto de partida do trabalho neste campo do conhecimento e é na interação com o outro e com o mundo que esta escrita vai ganhando significado. É no trabalho coletivo e cooperativo que as crianças podem confrontar os seus pontos de vista. Neste Ciclo, no primeiro ano, as turmas têm no máximo vinte e cinco alunos e nos demais anos do Ciclo tem vinte e oito alunos no máximo.

II Ciclo: dos 9 anos aos 11 anos e 11 meses:

Neste período, a criança encontra-se na fase das operações concretas, que é uma etapa marcada por grandes aquisições intelectuais. É um período intermediário entre a heteronomia moral e a autonomia plena. A criança reconhece a autoridade do adulto, no entanto torna-se consciente dos seus erros e inconsistências, começa a ter necessidade e prazer em estar com seus pares, os jogos deixam de ser individualistas e são mais coletivos. Já consegue realizar operações mentalmente, embora ainda necessite do concreto, é capaz de conservar quantidades, comprimentos, números, usa a linguagem e outros símbolos para representar objetos concretos quando faz explorações mentais. Neste Ciclo, as turmas têm no máximo, trinta alunos.

III Ciclo: dos 12 anos aos 14 e 11 meses:

Neste período o indivíduo é capaz de pensar em termos abstratos, de formular hipóteses e testá-las sistematicamente, experimenta de forma contraditória sentimentos de amor e ódio, a maturação do instinto sexual é marcada por desequilíbrios constantes. O potencial intelectual é fruto de processos biológico-cognitivos e de interações sociais, assim desenvolvimento e aprendizagem são dois processos que interagem afetando-se mutuamente, daí a importância de problematizar o cotidiano dos jovens, oferecendo-lhes, através da reflexão, a possibilidade de construir novos conceitos e formas de pensar e se colocar no

mundo. O número máximo de alunos, em sala de aula, neste Ciclo, é de trinta e dois.

Os fenômenos a serem estudados são definidos no Complexo Temático, que é construído coletivamente a partir da pesquisa sócio-antropológica realizada na comunidade.

A avaliação é concebida como um processo contínuo e participativo, e é fonte de reflexão sobre o trabalho do conjunto da escola e não apenas do processo de aprendizagem do aluno, superando a visão tradicional de seleção e classificação.

A escola organizada por Ciclos de Formação prevê o avanço de todas as crianças e adolescentes ao final do ano letivo, acompanhadas, quando necessário, de planos didáticos de apoio ou especializados.

Estes novos espaços e tempos propostos permitem a organização coletiva do trabalho, de forma que se oferecem condições para que o isolamento do(a) professor(a) em sua sala de aula seja substituído pelo trabalho em grupo através do planejamento e da intervenção coletiva no processo de construção do conhecimento. Oferecem-se condições para que mais de um(a) professor(a) trabalhe em parceria em uma mesma turma ao mesmo tempo, por exemplo.

Em cada ciclo organizar-se-ão turmas de progressão, com um número menor de alunos (as) (no máximo 20), realizando-se aí um trabalho direcionado para superação das dificuldades e lacunas apresentadas por cada um(a) dos(as) educandos(as) que estiverem nesta condição. Por ter uma organização tempo-ano diferente da organização ano-ciclo prevê que o estudante possa avançar para o ciclo seguinte em qualquer momento do ano letivo, desde que apresente condições de continuar sua socialização e aprendizagem, buscando a superação da defasagem idade-série.

O laboratório de aprendizagem constitui-se também em um importante dispositivo na busca do enfrentamento da questão do fracasso escolar, colaborando para o entendimento e para a investigação dos processos sócio-cognitivos de produção do conhecimento, pelos quais passa cada educando(a) encaminhado(a) para esse atendimento. Tem por objetivo também criar estratégias de atendimento educacional complementar, integrando suas atividades com o trabalho das turmas. Visando o resgate do(a) aluno(a) em todas as suas dimensões, proporciona diferentes vivências. Os(as)educadores(as) que trabalham no laboratório de

aprendizagem são eleitos(as) anualmente pelos seus pares, mediante a apresentação de projeto de trabalho.

O(a) professor(a) itinerante (ou volante) fortalece o coletivo e amplia as possibilidades de planejamento do trabalho em grupo dos(das) professores(as), configura-se como importante elemento no atendimento à diversidade presente nas nossas salas de aula.

Mais recentemente foi criada a figura do(a) estagiário(a) de inclusão, como apoio às turmas e professores(as) que atendem aos(as) alunos(as) com necessidades educativas especiais. Trata-se de alunos (as) dos cursos de Pedagogia, de diversas universidades do estado.

A democratização do acesso

Na democratização do acesso à escola são desenvolvidos projetos de inclusão, com propostas específicas para jovens e adultos, para a Educação Infantil, para meninos e meninas de rua e para crianças e jovens com necessidades educativas especiais (através das escolas especiais e das SIRs).

4.1 A SALA DE INTEGRAÇÃO E RECURSOS

Antes de falar da SIR de maneira específica se faz necessário retomar um pouco da trajetória da Educação Especial na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre. De acordo com Mostardeiro (2000, p. 7), com a implantação das primeiras classes especiais na década de 70, foi dado início ao atendimento mais direto aos (as) alunos(as) com necessidades educativas especiais dentro das escolas de ensino regular da rede municipal. Em 1989 estavam em funcionamento vinte e uma classes especiais, sendo redimensionadas em 1992 para seis. Atualmente não existem mais classes especiais em funcionamento na rede municipal. A referida rede conta, atualmente, com quatro escolas especiais, localizadas em áreas estratégicas da cidade. Pode-se dizer que este redimensionamento no atendimento aos (as) alunos (as) com necessidades educativas especiais, além de contemplar a legislação vigente, faz parte do avanço na construção de novos conceitos e estratégias que buscam sustentar a aprendizagem para todos os sujeitos.

Com o fechamento das classes especiais estes (as) alunos(as) passaram a freqüentar as escolas regulares, demandando apoio pedagógico não só para estas crianças e jovens, como também para os(as) profissionais envolvidos(as) no seu processo de ensino-aprendizagem.

Neste contexto, a SIR é criada como espaço importante nas escolas a fim de atender aos(as) alunos(as) que necessitam de algum tipo de atendimento especializado.

Segundo Santos Jr. (2000, p.18):

Em 1994 a SMED, numa perspectiva inclusivista, propõe a implantação de quatro Salas de Integração e Recursos (SIR's). Desencadeia-se, então, uma série de ações e estratégias, dando forma e consistência a uma Política Pública Educativa para os alunos com *Necessidades Educativas Especiais*.

Atualmente o atendimento ampliou-se consideravelmente e a rede municipal de ensino de Porto Alegre hoje conta com vinte Salas de Integração e Recursos. Esta ampliação deve-se ao crescimento considerável de matrículas de alunos(as) com necessidades de atendimento especializado no ensino regular no município de Porto Alegre e à política de valorização de espaços menos segregados existente na referida rede.

Para Mostardeiro (op. cit.), a SIR busca romper com o processo de exclusão destes(as) alunos (as), pois eles (elas) são recebidos (as) na escola da sua comunidade e acompanhados (as) pela SIR mais próxima de sua casa. Este atendimento que, em princípio, era oferecido aos (as) alunos (as) de 1ª série a 3ª séries com dificuldades na sua escolarização (multirepetência), foi sendo ampliado gradativamente e, no momento, o acompanhamento da SIR é disponibilizado para os alunos(as) matriculados (as) nos três ciclos.

De acordo com Tezzari (2006, p.80),

A Sala de Integração e Recursos (SIR) é um lugar de atendimento pedagógico especializado, oferecido aos (às) alunos (as) da referida rede de ensino, com necessidades educativas especiais, que freqüentam as escolas de ensino fundamental regular. O aluno vai até a SIR para receber atendimento no turno oposto ao da sua aula, duas vezes por semana, sendo atendido em grupos ou individualmente, quando necessário. São propostas atividades alternativas àquelas de sala de aula, partindo-se dos recursos apresentados pelo sujeito.

São considerados os seguintes critérios para implantação de uma SIR:

- disponibilidade da escola em sediar o serviço;
- atender comunidades com maior índice de crianças com dificuldades de aprendizagem;
- acessibilidade da escola-pólo em relação às demais;
- disponibilidade de espaço físico na escola.

O trabalho da SIR envolve não só a avaliação e o atendimento aos (as) alunos (as) encaminhados (as), mas diz respeito também à assessoria e planejamento junto aos (as) professores (as) e serviços da escola em que o(a) aluno(a) está matriculado(a), bem como orientações junto aos pais ou responsáveis pela criança ou adolescente. Trata-se de espaço pedagógico qualificado que dá suporte para a superação de barreiras para a aprendizagem.

É um serviço que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos (as) alunos (as), considerando as suas necessidades específicas. Não substitui a escolarização do (a) aluno (a) e deve ser oferecido no contra-turno a fim de possibilitar que o mesmo esteja com seus pares no horário previsto para a aula.

Cada escola tem um número de vagas a serem preenchidas para atendimento. Estas vagas estão relacionadas com o número de matrículas da escola. Geralmente, uma SIR atende os(as) alunos(as) da escola em que está instalada e de outras escolas municipais da região.

Como já foi destacado, o atendimento não se limita ao trabalho individual com os(as) alunos(as) encaminhados, mas é priorizada também a parceria com os(as) professores(as) destas crianças e jovens, bem como com as equipes diretivas das escolas, através de reuniões de planejamento e avaliação, participação nos conselhos de classe, observação e assessoria em sala de aula, entre outros.

A aproximação com o Serviço de Orientação Educacional é necessária para viabilizar o atendimento às famílias e o acompanhamento das combinações realizadas em termos de orientação e manejo destes alunos. A SIR também atua como “ponte” entre a escola e os serviços de saúde que porventura sejam disponibilizados para este(a) aluno(a), em permanente diálogo com o Serviço de Orientação Educacional da escola. As trocas com o Serviço de Orientação Pedagógica e com os(as) professores(as) também são fundamentais, pois nestes momentos são pensadas estratégias pedagógicas diferenciadas para estes(as)

alunos(as) em sala de aula, visando sua aprendizagem. Cabe também à equipe diretiva da escola promover estes encontros, valorizando-os no cotidiano da instituição.

As Salas de Integração e Recursos, na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, são bem equipadas, com recursos próprios e verba bimestral destinada a gastos com materiais específicos (permanentes e de consumo) a serem definidos pelas professoras que nelas atuam. Também os (as) alunos (as) que necessitam de transporte para o deslocamento de suas residências até a sala têm suas passagens custeadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Os encaminhamentos para os (as) alunos (as) que necessitam de atendimentos na área da saúde são feitos via rede de atendimento de cada bairro, sendo que é o SOE (Serviço de Orientação Educacional) que leva a demanda da escola às reuniões da referida rede. São articuladas também parcerias com ONGs e Universidades na busca de qualificar o atendimento. Estas parcerias necessitam ser ampliadas e mais vagas precisam ser ofertadas nos serviços de saúde a fim de qualificar o atendimento. Caso o serviço seja oferecido fora do bairro onde o (a) aluno (a) mora, seu deslocamento e de um acompanhante é viabilizado através de custeio pela Secretaria Municipal de Educação.

Atuam nas Salas de Integração e Recursos profissionais qualificadas para o atendimento destes alunos. Em geral são duas professoras com formação em Educação Especial e cada uma atende vinte e cinco alunos (as) divididos em grupos de quatro, em duplas ou individualmente, de acordo com as necessidades, como já foi destacado anteriormente.

4.2 O ATUAL ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Conforme a atual Política Nacional de Educação na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o Atendimento Educacional Especializado tem caráter complementar ou suplementar à escolarização, visando à autonomia e independência das crianças e jovens na escola e fora dela. É um atendimento organizado para suprir as necessidades de acesso ao conhecimento e a participação dos(as) alunos(as) com necessidades educativas especiais nas escolas de ensino comum. Constitui oferta obrigatória dos sistemas de ensino, embora

participar deste atendimento seja também uma decisão do (a) aluno (a) e/ou de seus pais/responsáveis. Na rede municipal de ensino de Porto Alegre, o Atendimento Educacional Especializado é oferecido através das Salas de Integração e Recursos.

A legislação nacional que regula esta oferta de atendimento, não prevê com tanta ênfase uma assessoria continuada aos (as) professores (as) das turmas do ensino comum, bem como o diálogo permanente com as equipes diretivas das escolas. Parece estar focada exclusivamente no atendimento ao (a) aluno (a) através da produção, elaboração e correção de materiais. Com este enfoque, a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso é unicamente do (a) aluno (a) e do (a) professor (a) que realiza o atendimento, trazendo a idéia de que o referido trabalho vai “normalizar” o (a) aluno (a) e torná-lo (a) apto (a) a freqüentar as salas de aula do ensino comum sem maiores dificuldades. A Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre aposta em um trabalho realizado em rede, entendendo este sujeito como aluno (a) da escola, que precisa ter suas necessidades e potencialidades socializadas com o conjunto da escola. A inclusão não se dá somente na sala de aula, mas deve acontecer em todo o espaço escolar e, neste sentido, a professora da Sala de Integração e Recursos ajuda a pensar quais são suas necessidades e possibilidades, partilhando-as com o (a) professor (a) do ensino comum. Não é alguém que tudo sabe sobre o assunto, mas que se coloca à disposição para reinventar constantemente, assim como para discutir a inclusão com o todo da escola; necessita ter uma ação mais plural, enxergando questões de currículo, de formação de professores (as), de ensino e aprendizagem, articulando a ação pedagógica em conjunto com a equipe gestora da escola e com os(as) professores(as).

5 O DIÁLOGO POSSÍVEL ENTRE A SALA DE INTEGRAÇÃO E RECURSOS E A EQUIPE DIRETIVA DA ESCOLA

Ao recuperarmos um pouco da história da educação e dos processos de escolarização, verificamos o quanto estão relacionados às mudanças sociais pelas quais passaram as diversas gerações. Entendendo o momento atual como de profundas mudanças nas tecnologias e nas formas de organização (nos modos de relacionamento com as coisas e entre as pessoas) faz-se necessário repensar a escola, uma vez que o modelo que reproduzimos hoje está ancorado no projeto da modernidade e, portanto, encontra-se ultrapassada. Novas aprendizagens são necessárias, exigindo de nós educadores(as) criatividade e qualificação na direção de reinventar, de recriar o espaço escolar, dando-lhe vida e tornando-o significativo para todos (as) os (as) envolvidos(as) no processo educativo.

As questões das entrevistas realizadas com as professoras para a coleta de dados deste trabalho de conclusão dizem respeito às trocas realizadas entre a SIR e a equipe diretiva da escola na promoção da inclusão escolar. Estas questões possibilitaram uma visualização do trabalho desenvolvido e do esforço conjunto no enfrentamento deste que é, sem dúvida, um dos grandes desafios da escola no momento atual.

Para buscar elementos explicativos e que possibilitem uma compreensão do que está sendo realizado na escola, foram selecionadas algumas falas das professoras, consideradas relevantes para o presente trabalho.

Em relação à percepção do trabalho de apoio à inclusão desenvolvido pela SIR, podemos dizer que para a equipe diretiva da escola a ação é clara, embora o diálogo se dê bem mais no âmbito da orientação pedagógica, com a orientação educacional e a supervisão escolar. Como as professoras da SIR trabalham com mais de uma equipe diretiva, pois atendem mais de uma escola, é visível sua preocupação em esclarecer o seu papel e em adaptar-se às construções realizadas por cada uma delas. A vice-diretora da escola onde foram realizadas as entrevistas também demonstrou conhecer detalhadamente o trabalho desenvolvido pela SIR.

Disse que já foi supervisora escolar e que quando ocupava este espaço acompanhava as discussões de forma bastante direta. A seguir, duas falas que evidenciam estas colocações:

Vice-diretora: existe um contato direto, sabemos o número de atendimentos, quantas vagas pertencem à escola, e quem está ocupando estas vagas, o diálogo é permanente, quando eu trabalhava na supervisão da escola, acompanhava diretamente o trabalho da sala, por isso conheço bem seu funcionamento.

Professora da SIR 02: todas as pessoas sabem do trabalho da SIR, nosso contato é maior com o serviço de orientação pedagógica das escolas. O SOP é a ligação. É um trabalho “artesanal”, aberto às possibilidades que vão sendo construídas. A SIR auxilia no trabalho de inclusão, mas não determina.

Em relação à questão dois, que indaga sobre como a SIR é chamada a coordenar esforços com outras iniciativas da escola que possam se juntar às suas, podemos dizer que a equipe diretiva da escola tem na SIR um importante ponto de apoio para inclusão escolar. É possível perceber uma preocupação das professoras da SIR em estabelecer uma discussão a respeito da inclusão em nível de escola, vislumbrando seu trabalho como colaborador, apoiador das iniciativas da escola e não como o único responsável. Percebe-se pelas falas das entrevistadas que a equipe diretiva demonstrou satisfação com o engajamento das professoras da SIR na rotina da escola e na sua participação em vários momentos do cotidiano da instituição, visível através do que afirmam abaixo:

Supervisora Escolar: quando pensamos no manejo de alunos (as), mesmo que não sejam da SIR, as professoras são chamadas para participar, elas participam das reuniões de planejamento, trazem orientações de como melhor trabalhar.

Vice-diretora: A SIR é uma parceria constante no trabalho com as famílias, com os profissionais da área da saúde, sabemos que planejam o trabalho desenvolvido na sala em função da sala de aula, articulando com o pedagógico.

Orientadora Educacional: a SIR não é só aquela sala de recursos, ela se movimenta em toda escola, está na sala de aula, está em curso de formação, no consultório [de médicos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, psicólogos, em interconsultas] faz muitos movimentos, está junto com a direção assessorando em casos difíceis, conhecem a dinâmica da comunidade, das famílias. Existe uma parceria importante em um projeto da escola denominado Projeto Brincar, que envolve alunos(as) do III Ciclo e da EJA. É um curso que acontece ao longo do ano letivo com mais ou menos trinta alunos(as), atuam principalmente no recreio, aprendendo a trabalhar e aceitar as diferenças sejam elas quais forem. A SIR tem dupla entrada neste projeto: trabalham apoiando, participando da formação dos adolescentes que fazem o curso e acompanhando o estágio dos alunos de inclusão que realizam esta formação, fazendo a adaptação do aluno e de materiais.

Professora da SIR 01: sentamos mais com as professoras, com a supervisão escolar e com a orientação educacional. Entramos em sala de aula semanalmente naquelas turmas com um perfil diferenciado. As escolas precisam avançar em relação ao conceito de inclusão, o(a) aluno(a) não é da SIR, é aluno(a) da escola e nosso trabalho é para remover barreiras.

Professora da SIR 02: nós organizamos trabalho de formação com as escolas e com a Secretaria Municipal de Educação, por exemplo, foi nos sugerido que falássemos em determinada escola sobre dislexia, planejamos e desenvolvemos uma formação com os(as) professores(as) sobre este tema. A SIR é um ponto da rede, não responde sozinha pela inclusão.

Em relação à contribuição da SIR no planejamento do ensino e da aprendizagem de forma que as barreiras sejam reduzidas, fica claro o envolvimento do referido serviço na rotina da escola, colaborando com seu saber específico nos desafios surgidos no cotidiano da instituição. As professoras da SIR participam das reuniões de planejamento, dos conselhos de classe, das avaliações institucionais, das formações com os(as) demais professores(as). Nestes momentos, segundo as entrevistadas, o posicionamento das professoras da SIR contribui chamando à reflexão e destacando potencialidades. Isto pode ser verificado nas falas abaixo destacadas:

Vice-diretora: A SIR atua nas reuniões de pequenos coletivos, com professoras referência e com volantes uma vez por mês no mínimo, participam no planejamento das reuniões de formações com professores (as), dão orientações sobre o seu trabalho e o manejo de alunos (as). Agora mesmo estávamos em uma reunião, pois a professora da turma AP1[turma de Progressão do I Ciclo] vai se afastar por licença gestante. Como a SIR atende muitos alunos desta turma foi chamada para participar da reunião com a nova professora que vai assumir a turma.

Orientadora Educacional: a SIR participa das reuniões, dos conselhos de classe. As professoras que tem dificuldade aproximam-se da SIR para trocas, elas nos sugerem modos e maneiras de manejo para todos(as) os(as) alunos(as) e não só pelos(as) atendidos(as) pela SIR como uma forma de facilitar o trabalho de todos(as). A SIR é um “braço” da escola importante e faz com que tudo se movimente, a gente trabalha junto sempre, tentando incluir e acolher em todos os momentos, a lógica da nossa escola já é esta. Existe o trabalho conjunto da SIR/SOE/professores(as)/famílias. Sem o apoio da SIR seria muito difícil, nosso espaço escolar é inclusivo, esta escola criou a SIR.

Professora da SIR 01: A SIR é chamada para participar das reuniões pedagógicas, para discutir casos, para propor formações a respeito da inclusão. Existe a perspectiva de ampliar, para o ano que vem, nossa participação no trabalho de planejamento.

A quarta questão buscou verificar se o trabalho da SIR é usado como apoio aos(às) professores(as) para que respondam à diversidade dos(as) alunos(as), dentro de uma perspectiva de trabalho colaborativo e de reflexão compartilhada. Verificamos que existe um compartilhamento de saberes através da discussão, da participação e das trocas que ocorrem no dia-a-dia da escola, embora seja visível a

preocupação, principalmente das professoras da SIR, com a necessidade de criação de iniciativas, por parte das escolas e da mantenedora, que fortaleçam os processos inclusivos, a fim de garantir a aprendizagem para todos. Fica claro também que o trabalho com a inclusão exige que, durante o processo, valorizemos idas e vindas e que acolhamos as perguntas que as diferentes situações nos colocam.

Podemos verificar isso através da seguinte fala:

Professora da SIR 02: As escolas precisam desenvolver mais iniciativas que fortaleçam a inclusão, as escolas vão dando conta conforme os alunos vão chegando. Muitos alunos não estão aprendendo e não são de inclusão, inclusão na rede municipal iniciou antes de ser lei e escolas refletem a orientação da mantenedora (falta discussão pedagógica/didática). O trabalho com os professores é mais efetivo, vamos na sala de aula. O apoio/suporte se consegue fazer mais junto aos professores, ele é que está no dia a dia com o aluno, o professor não se sente sozinho, tem muito trabalho a ser feito. A SIR é o serviço de apoio que está nas escolas, e é com quem as escolas contam, há movimentos de avanço e retrocesso. A rede municipal de ensino deve ter como enfoque aprendizagem para todos, todos podem aprender a lidar com cada um que está neste processo. Às vezes é preciso ter paciência, mudar o que é possível naquele momento. A inclusão é possível, não é de um dia para o outro e não pode ser forçado, é conquista.

O recorte da prática descrita acima se desenvolve no contexto do Projeto Escola Cidadã, descrito no capítulo quatro desta monografia, projeto este que se apresenta como uma tentativa de solução frente às dificuldades em face da nova população presente na escola. A análise do material coletado, procura deixar claro também, que é necessário apostar no fortalecimento de vínculos nas nossas práticas cotidianas, que a inclusão escolar está relacionada com nossa postura diante do diferente e, portanto, as experiências pedagógicas tendem a ser melhor sucedidas quando desenvolvidas por profissionais que dispõem-se a rever constantemente as suas concepções e que valorizam a ação coletiva.

O presente capítulo inscreve-se, portanto, como uma possibilidade de conhecer e analisar uma experiência de trabalho que valoriza a comunicação e o diálogo dentro do espaço escolar, apresentando-se como uma alternativa de recriação deste espaço.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais da presente monografia remetem para a consciência da incompletude e para a necessidade de estarmos constantemente repensando nosso saber e nosso fazer pedagógico na direção de construirmos uma escola efetivamente inclusiva. Para tanto, é preciso que nós educadores(as) enxerguemos o espaço escolar como um espaço de potência, que acolha a diferença e que a considere como um detonador de processos criativos e inventivos de todos os sujeitos envolvidos na aprendizagem. É preciso que nós, professores(as), tenhamos a coragem de, efetivamente, levar a cabo um processo reflexivo a respeito de nossa prática.

Faz-se necessário também que, humildemente, reconheçamos a insuficiência de um trabalho individual, isolado em nossa sala de aula, em nossas escolas, e nos tornemos abertos para um trabalho em rede, de discussão coletiva. Neste processo é necessário que valorizemos idas e vindas, avanços e recuos, e que acolhamos as perguntas que as diferentes situações nos colocam.

A inclusão escolar questiona saberes já construídos, nos coloca diante dos limites e das fronteiras de nossas verdades. Existe a necessidade de compartilhamento, pois vários campos de saber são chamados ao diálogo. É, portanto, um trabalho de criação e de autoria compartilhada. Adotar uma perspectiva escolar inclusiva requer atenção à diversidade, individualizando o máximo possível o processo educativo.

A presente monografia procurou mostrar que as alternativas viáveis na direção da construção de novos saberes dentro da escola passa pelo trabalho coletivo, enfatizando que é possível, através da participação, da troca e da co-autoria, encontrar proposições criativas e dinâmicas frente aos desafios cotidianos da instituição escolar.

7 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Simone Girardi. Docência(s) no contexto da educação inclusiva: uma perspectiva sistêmica. In: BAPTISTA, Claudio Roberto (Org.). **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**. Porto Alegre: Mediação, 2006, p. 107-117.

AZEVEDO, José Clóvis de. Introdução. In: AZEVEDO, José Clóvis de; SILVA, Luiz Heron (orgs.). **Reestruturação curricular: teoria e prática no cotidiano da escola**. Petrópolis: Vozes, 1995.

CADERNOS PEDAGÓGICOS SMED, Porto Alegre, n. 9, 1999.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

MOSTARDEIRO, Guacira Cardoso. Historicizando a educação especial na SMED. In: **CADERNOS PEDAGÓGICOS SMED**, Porto Alegre, n. 20, ps. 7-12, 2000.

SANTOS JR., Francisco Dutra dos. A escola cidadã e a educação inclusiva. In: **CADERNOS PEDAGÓGICOS SMED**, Porto Alegre, n. 20, ps. 18-26, 2000.

TEZZARI, Mauren Lucia. **Sala de Integração e Recursos (SIR) na rede municipal de Porto Alegre: uma análise de um serviço de apoio especializado**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reuniões/29ra/trabalhos/trabalho/GT15-2006--Int.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2009.

VALLEJO, Ramón Porras. “Una escuela para la integración educativa: Una alternativa al modelo tradicional”. In: **Cuadernos de Cooperación Educativa**. Sevilla: Publicaciones M.C.E.P, 1998.

8 APÊNDICE

A – Roteiro de Entrevista

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E PROCESSOS
INCLUSIVOS

ENTREVISTADORA: JULIA DA JORNADA DALENOGARE

ENTREVISTADO(A):

DATA:

- 1) O trabalho de apoio à inclusão que a SIR (SALA DE INTEGRAÇÃO E RECURSOS) desenvolve é claro para todos os membros da equipe diretiva da escola?
- 2) A SIR (SALA DE INTEGRAÇÃO E RECURSOS) é convidada a coordenar esforços com outras iniciativas da escola que possam se juntar às suas?
- 3) A SIR (SALA DE INTEGRAÇÃO E RECURSOS) é chamada a contribuir no planejamento do ensino e da aprendizagem de forma que as barreiras à aprendizagem sejam reduzidas?
- 4) O trabalho da SIR (SALA DE INTEGRAÇÃO E RECURSOS) é usado como apoio aos(as) professores(as) para que respondam à diversidade dos(as) alunos(as), dentro de uma perspectiva de trabalho colaborativo e de reflexão compartilhada?

B – Termo de Consentimento

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
 Faculdade de Educação
 Programa da Pós-Graduação em Educação
 Curso de Especialização em Educação Especial e Processos Inclusivos

Orientadora: Mauren Lúcia Tezzari
 Aluna: Julia da Jornada Dalenogare

Termo de Autorização

Objetivos da pesquisa:

- investigar se o trabalho de apoio à inclusão desenvolvido pela Sala de Integração e Recursos (SIR) auxilia a escola como um todo a responder à diversidade dos(as) alunos(as);
- verificar e analisar a parceria entre as professoras da Sala de Integração e Recursos (SIR) e a equipe diretiva da escola visando ao trabalho colaborativo e à reflexão compartilhada de experiências;
- identificar a contribuição da Sala de Integração e Recursos (SIR) no planejamento e avaliação do ensino e da aprendizagem buscando a redução do fracasso escolar.

Entrevistas:

As entrevistas serão realizadas individualmente e serão propostas questões a serem respondidas oralmente. Toda entrevista será gravada e, posteriormente, alguns trechos serão transcritos, a fim de ilustrar e/ou destacar determinados aspectos, quando da análise de dados.

Será mantido sigilo quanto à identidade do(a) entrevistado(a), bem como em relação à escola em que o(a) mesmo(a) atua no momento.

Eu,.....estou ciente e de acordo com os termos acima apresentados para a realização da entrevista.

Porto Alegre, dede

.....
 Julia da Jornada Dalenogare